



Educação inclusiva nas escolas municipais da Amazônia: a questão do ensino regular para pessoas com deficiência em Santarém, Pará

Inclusive education in municipal schools of the amazon: the issue of regular education for people with disabilities in Santarém, Pará

Ivanilson Ribeiro Cardoso
Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA
Santarém- Brasil

Resumo: Este estudo buscou examinar as normativas que sustentam o direito à educação inclusiva no ensino regular para pessoas com deficiência em escolas municipais da área urbana de Santarém, Pará. Utilizou-se uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica e documental para analisar essas diretrizes. A coleta de informações se concentrou na avaliação de documentos, especialmente o Plano Municipal de Educação (PME). Constatou-se que o PME de Santarém, para o período de 2015 a 2025, delineia estratégias específicas para a implementação da educação inclusiva. A ausência de políticas públicas proativas e específicas pode prejudicar a implementação eficiente de práticas inclusivas, devido às características geográficas e à dispersão populacional na Amazônia, resultando em dificuldades de acesso a serviços especializados e formação contínua para os educadores, especialmente na Educação Especial.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Ensino regular; Pessoas com deficiência; Amazônia.

Abstract: This study aimed to examine the regulations supporting the right to inclusive education in mainstream settings (Regular education) for people with disabilities in municipal schools in the urban area of Santarém, Pará. A methodological approach based on bibliographic and documentary research was used to analyze these guidelines. Information collection focused on the evaluation of documents, especially the Municipal Education Plan (PME). It was found that Santarém's PME, for the period 2015 to 2025, outlines specific strategies for the implementation of inclusive education. The absence of proactive and specific public policies can hinder the efficient implementation of inclusive practices due to the geographical characteristics and population dispersion in the Amazon, resulting in difficulties accessing specialized services and continuous training for educators, especially in Special Education.

Keywords: Inclusive education; Mainstream(Regular education) education; People with disabilities; Amazon.

Introdução

A introdução da Educação Especial no Brasil está intrinsecamente ligada aos processos que definem a oferta educacional no país e aos movimentos que refletem tendências mais amplas. Segundo Sousa (2020), essas tendências são influenciadas pela produção de conhecimento, pela formulação de políticas educacionais e pela atuação de organizações internacionais. No Brasil, a Educação Especial tem apresentado progresso, embora em um ritmo lento. Esse avanço tem se concentrado principalmente em facilitar o acesso à educação, mas muitas vezes em detrimento da adaptação necessária da infraestrutura física e dos recursos humanos.

A trajetória da Educação Especial no Brasil é marcada por avanços contínuos rumo a uma educação mais inclusiva. Apesar de legislações que resultaram em melhorias significativas no acesso à educação para pessoas com deficiência, Sousa (2020) destaca que a implementação prática ainda enfrenta desafios substanciais. A teoria frequentemente difere da prática, pois muitas escolas não estão devidamente equipadas para receber esses alunos e proporcionar-lhes um ambiente de aprendizado adequado.

O conceito atual de escola foi originalmente concebido para atender a um perfil específico de aluno. Hoje, a realidade exige uma abordagem diferente, dada a considerável diversidade entre os estudantes. Silva-Neto et al. (2018) apontam que essa nova dinâmica requer uma completa reestruturação e revitalização do sistema escolar, incluindo estratégias de ensino que sejam capazes de abranger todos os indivíduos.

A introdução da educação inclusiva implica uma transformação nos princípios que norteiam a educação tradicional. Silva-Neto et al. (2018) afirmam que essa mudança demanda o desenvolvimento de novas políticas e uma reconfiguração substancial do sistema educacional. É crucial redefinir um sistema que, até então, se manteve exclusivo e orientado para receber crianças de acordo com um padrão historicamente estabelecido de normalidade.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar as diretrizes normativas que fundamentam o direito à educação inclusiva no contexto do ensino regular para pessoas com deficiência em escolas municipais localizadas na zona urbana de Santarém, no estado do Pará. Utilizou-se uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica e documental para analisar essas diretrizes. A coleta de dados concentrou-se na avaliação de documentos, especialmente o Plano Municipal de Educação (PME).

Como pessoa com deficiência visual, diagnosticada com retinose pigmentar, e pertencente a uma família com históricos semelhantes, vivi e testemunhei diretamente os desafios educacionais enfrentados por pessoas com deficiência. Minha irmã, também cega, não conseguiu prosseguir além do quarto ano do ensino fundamental devido às condições inadequadas de inclusão na época. Diferentemente dela, concluí minha educação básica e superior em escolas regulares, apesar da falta de infraestrutura e apoio especializado.

Durante minha trajetória acadêmica, fui pioneiro na orientação de professores para tornar as aulas acessíveis, culminando na graduação em Economia e Direito. Trabalhei na Associação de Deficientes Visuais desde 1997, assumindo a presidência em 2008, e contribuí ativamente para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Este percurso pessoal e profissional fundamenta minha convicção sobre a necessidade de mudanças substanciais no cenário educacional inclusivo, motivando a realização desta pesquisa. Minha própria jornada educacional evidenciou a necessidade de transcender a mera inclusão física, buscando uma integração que respeite os princípios fundamentais da dignidade da pessoa, da igualdade e da inclusão social. A zona urbana do Oeste do Pará, meu campo de estudo específico, reflete a realidade de muitos que enfrentam desafios similares.

Ao abordar essa temática, não apenas respondo a uma demanda acadêmica, mas também reforço meu compromisso pessoal com a construção de uma sociedade mais inclusiva. Acredito que a pesquisa proporcionará não apenas dados para reflexão, mas também orientações concretas para a formulação de políticas educacionais mais eficazes.

Dessa forma, o objetivo geral do estudo é examinar as diretrizes normativas que sustentam o direito à educação inclusiva no contexto do ensino regular para pessoas com deficiência em escolas municipais da zona urbana de Santarém, Pará. Para atingir os objetivos estabelecidos, foi adotada uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica e documental, visando analisar as diretrizes normativas do direito à educação inclusiva nas escolas municipais de Santarém. A coleta de dados concentrou-se na avaliação de documentos, com ênfase no Plano Municipal de Educação. Esse processo incluiu a identificação e seleção cuidadosa dos documentos, seguida por uma análise detalhada com categorias pré-definidas, focando em princípios como dignidade, igualdade e inclusão social. A avaliação do Plano Municipal se centrou nas metas e estratégias voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.

A trajetória histórica da educação especial e inclusiva

Segundo Santos e Tales (2012), ao analisar o histórico das pessoas com deficiência, observa-se que elas enfrentaram inúmeros desafios sociais ao longo do tempo, evidenciando a importância da educação especial na maioria dos países. Inicialmente, essas pessoas foram segregadas e excluídas, muitas vezes ignoradas, abandonadas ou até mesmo assassinadas por não se enquadrarem no conceito de normalidade vigente. Durante a Idade Média, o tratamento das pessoas com deficiência variava entre caridade e punição, refletindo as concepções da época.

Conforme Paulon (2005), a Educação Especial é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) como uma modalidade de ensino que abrange todas as etapas e níveis de educação. Isso desvincula "educação especial" de "escola especial", tornando-a um recurso que beneficia todos os alunos e professores, promovendo a diversidade na sala de aula.

Santos e Tales (2012) destacam que a origem da educação especial está ligada ao discurso social contemporâneo, que buscou incluir crianças que não se adaptavam ao modelo escolar tradicional. Assim, a "criança não escolarizável" passou a ser integrada ao ambiente escolar.

Cherubim (2008) reforça que um dos princípios da educação é a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" (art. 206, inc. I), e que o "dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino" (art. 208, V). A Constituição assegura o direito à educação e ao acesso escolar para todos, independentemente de sua condição, origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência.

De acordo com Santos e Tales (2012), a preocupação com a educação inclusiva ganhou destaque com a Declaração Mundial de Educação para Todos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1990, que enfatizou a necessidade de atender às necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência. Em 1994, a Declaração de Salamanca destacou a importância de políticas públicas para a inclusão educacional de pessoas com deficiência.

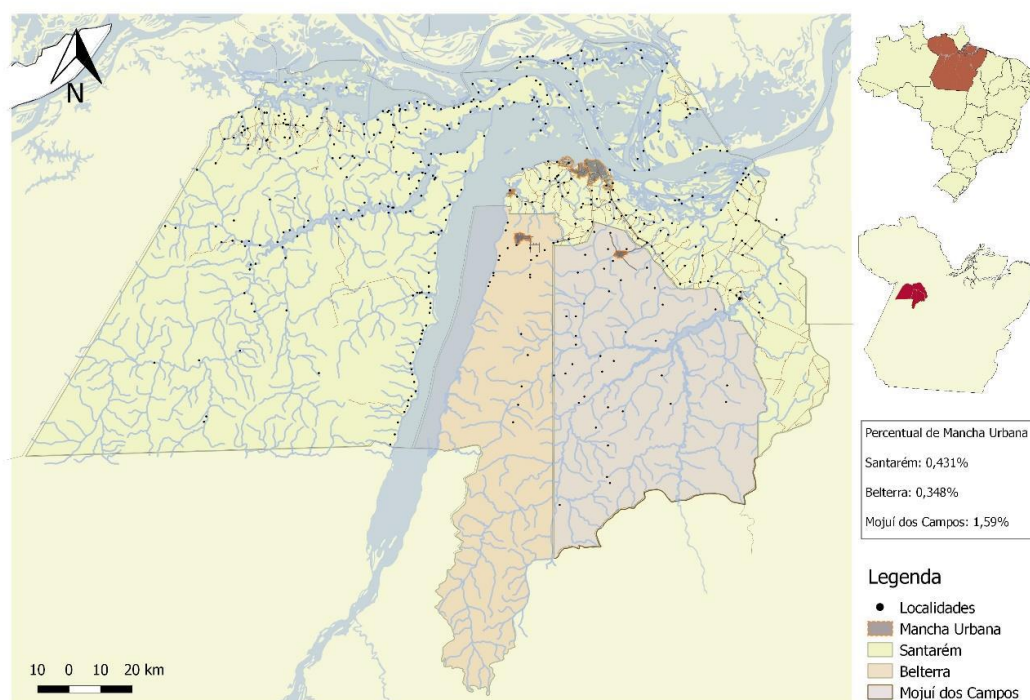
Paulon (2005), destaca que a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas com Deficiência, conhecida como Convenção da Guatemala, de 1999, reforçou os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas

com deficiência. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada em 2006, estabeleceu a responsabilidade dos países em garantir um sistema de educação inclusiva. O Brasil, comprometido com essa agenda, promulgou a convenção em 2009 e assinou a Declaração de Incheon em 2015, visando uma educação de qualidade e inclusiva até 2030.

Educação especial e inclusiva no município de Santarém-Pará

De acordo com Cardoso, Gomes e Oliveira (2016), Santarém está localizada na margem dos Rios Amazonas e Tapajós, e foi formada a partir da incorporação de diversas comunidades tradicionais pela cidade portuguesa (fundada em 1661), que a partir da integração nacional (anos 1970) foi atravessada pela Rodovia Santarém Cuiabá (BR 163) e pela PA 370. O município de Santarém é composto por seis bacias hidrográficas, cujos rios viabilizaram o sustento e a mobilidade da população, e destacaram a cidade pela sua localização estratégica a meio caminho entre as duas metrópoles regionais (Belém e Manaus).

Figura 1 - Região Metropolitana de Santarém



Fonte: Google Earth (2019)

O município de Santarém é o mais importante do Oeste Paraense, o qual foi fundado há 355 anos, mas cujo sítio teria sido ocupado há mais de dez mil anos. Santarém abrigou civilizações que possuíam dinâmicas urbanas, organização social próprias e cultura, que serviu

de nó para redes que conectavam populações de diferentes territórios da Amazônia. Ressalta-se que existem registros de ocupações pré-cabralinas que foram apresentados no trabalho da arqueóloga Anna Roosevelt (1992).

A história de Santarém remonta a um extenso processo de migrações, resultando em diversas heranças culturais que ao se amalgamarem, constituem a identidade tanto do município quanto do povo santareno. A cidade tem sua fundação em 22 de junho de 1661, contou com os esforços do padre português João Felipe Bettendorf durante as missões jesuítas na região. Nesse período, a cidade ainda não adotara sua configuração atual, tampouco o nome que lhe é familiar nos dias de hoje. Esta é a data na qual o padre estabelece a missão na aldeia dos Tapajós que dá o pontapé inicial para a formação do município que se conhece (Câmara Municipal de Santarém, 2023).

Em 1991, a rede municipal de Santarém iniciou a implementação da Educação Especial, visando apoiar crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizado e deficiências visuais e auditivas, com foco inicial na população urbana. Em 1999, o programa foi significativamente ampliado para atender também às necessidades da população rural (Santarém, 2015).

Durante a década de 1990, a Educação Especial ainda estava em fase inicial de desenvolvimento em Santarém, com pouco tempo desde sua introdução. Naquela época, havia apenas duas turmas dedicadas a alunos surdos ou com deficiência auditiva e três turmas para alunos com deficiência intelectual. O atendimento era realizado por cinco professoras com formação básica em Educação Especial, atuando em escolas regulares da zona urbana.

Posteriormente, com o aumento da demanda de alunos com deficiência, diversas novas turmas especializadas foram criadas: cinco na região dos rios, seis na região do planalto e dez na área urbana, totalizando 26 turmas especializadas na rede municipal (Santarém, 2015).

A partir de 2008, com a implementação de novas políticas de Educação Especial, Santarém passou por mudanças significativas. Nesse ano, houve uma mudança na nomenclatura dos alunos atendidos pela Educação Especial, bem como dos professores que trabalhavam com esses alunos. A designação "professores itinerantes" foi substituída por "professores de Atendimento Educacional Especializado", e os alunos da Educação Especial passaram a ser referidos como "alunos com deficiência" (Santarém, 2015).

Além das escolas municipais, os alunos com deficiência em Santarém também são atendidos pela Unidade Educacional Especializada Dr. José Tadeu Duarte Bastos, pertencente à rede estadual. Esta unidade oferece avaliações educacionais, programas de inclusão profissional, apoio a deficientes visuais e cursos de formação em Libras e Braille para professores municipais. Adicionalmente, o Centro de Atendimento Educacional Especializado Humberto Frazão, uma instituição filantrópica fundada em 1977, fornece assistência social, serviços de saúde e atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual, múltipla e autismo (Santarém, 2015).

Segundo o Educacenso de 2014, Santarém registrou 671 alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação na rede municipal, 70 na rede estadual e 189 na Associação Pais Amigos Excepcionais (APAE) de Santarém. A implementação da política de educação especial inclusiva entre 2007 e 2013 trouxe avanços significativos para o município.

De acordo com o Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE), esses avanços destacam a necessidade contínua de investimentos na formação de educadores, aprimoramento das práticas pedagógicas, melhoria da acessibilidade arquitetônica e tecnológica, construção de redes de aprendizagem e estabelecimento de parcerias dentro da comunidade escolar. Além disso, é essencial promover a intersetorialidade na gestão pública (Santarém, 2015).

A questão do ensino regular para pessoas com deficiência em Santarém, Pará

A educação especial na rede municipal de Santarém teve seu início oficial em 1991, com o objetivo de oferecer suporte a crianças e adolescentes com deficiências visuais, auditivas e dificuldades de aprendizado, inicialmente focada na população urbana. O primeiro Plano Municipal de Educação (PME) foi aprovado em 2004, estabelecendo metas até 2013. Em 2015, um novo PME foi elaborado, abrangendo o período de 2015 a 2025, discutido durante a V Conferência Municipal de Educação (Santarém, 2015).

Este plano teve como uma de suas premissas a eliminação das classes especiais, promovendo a inclusão de todos os alunos com deficiência na rede regular de ensino. Entre 2011 e 2013, Santarém conseguiu incluir todos esses alunos, eliminando as classes segregadas. O PME de 2015, aprovado pela Lei nº 19.829/2015, estabeleceu metas e estratégias

Educação inclusiva nas escolas municipais da Amazônia: a questão do ensino regular para pessoas com deficiência em Santarém, Pará

abrangentes para diversos níveis e modalidades de ensino, incluindo a educação especial, com o intuito de atender todas as necessidades educacionais dos residentes do município.

A responsabilidade pela implementação do PME é compartilhada entre instituições municipais, estaduais, federais, públicas e privadas, todas desempenhando papéis cruciais na realização das metas estabelecidas. A equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação de Santarém, composta por professoras da rede municipal, foi responsável pela elaboração do PME, alinhado a políticas públicas nacionais e diretrizes internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração de Salamanca.

O PME de 2015 é um documento extenso, com 183 páginas, que aborda desde a caracterização abrangente do município até os níveis de ensino disponíveis, incluindo a educação básica e a educação especial/inclusiva. Este plano também destaca a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática e financeira, além de incluir anexos detalhados.

A educação inclusiva em Santarém teve um crescimento significativo desde sua implementação inicial. Diversos programas foram lançados para promover essa abordagem, como o Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, o Projeto Arte para a Diversidade, o Projeto EJA Inclusivo, o Projeto Caminho da Escola e o Projeto Inclusão Familiar. Esses programas foram pioneiros e influenciaram a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008.

A implementação dessas políticas e programas tem contribuído para a inclusão efetiva de alunos com deficiência no sistema regular de ensino, promovendo um ambiente educacional mais acessível e equitativo. No entanto, desafios persistem, como a necessidade contínua de formação de educadores, melhorias na acessibilidade arquitetônica e tecnológica, e a construção de redes de aprendizagem que envolvam toda a comunidade escolar. Esses esforços contínuos visam garantir que todos os alunos com deficiência em Santarém tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando seus direitos e promovendo a inclusão social plena.

A Educação Especial e Inclusiva em Santarém é abordada no eixo sete do Plano Municipal de Educação (PME) de 2013, que se alinha com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O PME de Santarém visa garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência no sistema educacional brasileiro. Antes da criação do

PME, o município implementou o Programa "Caminho da Escola" em 2013, em colaboração com o governo federal, que forneceu seis ônibus adaptados para o transporte de alunos com deficiência. Este programa é destinado principalmente aos estudantes da Educação Básica que vivem em áreas rurais e ribeirinhas, oferecendo ônibus, lanchas e bicicletas fabricados para essas regiões (Brasil, 2007).

Inicialmente, o transporte escolar era exclusivo para a área urbana, focando no deslocamento de alunos com deficiência entre suas residências e as escolas, atendendo aos turnos regular e contraturno. As rotas foram estruturadas com base em polos definidos pela proximidade das escolas. Atualmente, o município conta com 12 ônibus, seis na área urbana e seis na região do planalto, além de meios de transporte hidroviário como bajeiras e lanchas na região dos rios, atendendo todos os alunos que precisam de locomoção.

Parcerias com instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, foram estabelecidas para garantir suporte pedagógico. A Secretaria de Educação de Santarém (SEMED) começou a incluir acadêmicos dos cursos de pedagogia e enfermagem nas escolas para acompanhar alunos com deficiência física/motora e aqueles com Transtorno Global do Desenvolvimento durante a fase de adaptação escolar. Além disso, o atendimento educacional especializado foi estendido às regiões de rios, incluindo aldeias indígenas e comunidades quilombolas.

Santarém seguiu a tendência nacional de implementar ações voltadas para a educação especial na perspectiva inclusiva, conforme definido pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), que oferece serviços e recursos específicos para orientar alunos e professores nas turmas regulares (Brasil, 2008). Em 2023, a rede municipal de ensino de Santarém, composta por 407 escolas, implementou iniciativas de inclusão escolar por meio do AEE em todas as suas instituições, segundo a secretária de Educação de Santarém, Maria José Maia.

A base física institucional desse processo são as salas de recursos multifuncionais, cuja organização segue a Lei Nº 7.611/11, que estipula a estruturação dessas salas com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para o AEE (Brasil, 2011). O Plano Municipal de Educação de 2015 tem a premissa de estabelecer e adequar salas de recursos multifuncionais, além de garantir a capacitação contínua dos educadores para o atendimento especializado em todos os níveis e categorias da educação básica, incluindo espaços não

Educação inclusiva nas escolas municipais da Amazônia: a questão do ensino regular para pessoas com deficiência em Santarém, Pará

escolares, áreas urbanas, rurais, comunidades indígenas, quilombolas, estabelecimentos prisionais e socioeducativos.

A quarta estratégia do PME destaca a importância do Atendimento Educacional Especializado, buscando proporcionar este atendimento prioritariamente em salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, de forma complementar e suplementar a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme necessidade identificada por meio de avaliação com escuta qualificada da família e do aluno (PME 2015-2025/Santarém, 2015).

A quinta estratégia menciona a criação de locais de apoio multidisciplinar, com o objetivo de estabelecer e adequar salas de recursos multifuncionais e garantir a capacitação contínua dos educadores para o atendimento educacional especializado. Essa estratégia visa assegurar que as escolas e demais instituições estejam preparadas para atender às necessidades educacionais de todos os alunos, independentemente de sua origem ou localização geográfica.

A partir de 2008, com base no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), Santarém começou a introduzir salas de recursos multifuncionais em escolas municipais, como a E.M.E.F. Maria de Lourdes Almeida e a E.M.E.F. Fluminense. A administração municipal firmou acordo com o Ministério da Educação para a construção de 15 salas de recursos multifuncionais e cinco escolas acessíveis.

Tabela 1: Salas de Recursos Multifuncionais - Rede Pública Municipal de Santarém – Período 2019 – 2021

Ano	Escolas com salas de recursos multifuncionais	Escolas com salas de recursos multifuncionais em uso	Escolas com salas de recursos multifuncionais sem uso
2019	100% 33	100% 33	0%
2020	100% 33	100% 33	0%
2021	100% 56	100% 56	0%

Fonte: Secretaria de Educação e Desporto de Santarém – SEMED, 2021.

Atualmente, essas salas estão distribuídas da seguinte forma: oito na área urbana, quatro na região do planalto e três na região dos rios. As escolas acessíveis incluem quatro na

área urbana e uma na zona rural, com mais 16 salas multifuncionais estabelecidas entre 2019 e 2021, evidenciando um progresso significativo.

A Tabela 1 mostra que, atualmente, o município possui um total de 56 salas de recursos multifuncionais. Em 2021, houve um acréscimo significativo de 25 salas, sendo 22 na área urbana, 3 na região do planalto e 31 na região dos rios, abrangendo as 398 escolas da rede municipal. A expansão dessas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) é crucial para atender os alunos que já estavam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas que eram assistidos em locais improvisados dentro das escolas.

Apesar desse aumento, ao analisar a proporção de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que recebem AEE desde a implementação do PME 2015-2025, percebe-se que a quantidade de escolas, salas de recursos e o atendimento na educação especial ainda são insuficientes. A Tabela 2 a seguir ilustra esses dados quantitativos e destaca as inadequações na oferta de educação especial.

Tabela 2: Alunos com deficiência matriculados em turmas de AEE – Todas as redes – Período 2011 -2013

Ano	Total de indicador
2011	62,3% 571
2012	65,4% 682
2013	67,9% 706

Fonte: IBGE/Pnad Todos Pela Educação (SANTARÉM, PME-2015/2025, 2013, p. 88)

A Tabela 2 revela um aumento percentual modesto no indicador de 2011 a 2013, com um acréscimo de 5,6% de alunos matriculados em turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, observa-se um crescimento significativo desses números em um período posterior. Conforme indicado na Tabela 8, que trata dos alunos com deficiência matriculados em turmas de AEE na Rede Pública Municipal de Santarém, o período de 2019 a 2021 apresenta um aumento expressivo no número de matrículas, destacando a evolução e o reforço na inclusão educacional dentro do município.

Tabela 3: Alunos com deficiência matriculados em turmas de AEE -Rede Pública Municipal de Santarém/Pará - Período 2019 -2021

Ano	Total de indicador
2019	1214
2020	918
2021	953

Fonte: Secretaria de Educação e Desporto de Santarém – SEMED, 2021.

A Tabela 3 revela que o índice de inclusão educacional de alunos com deficiência na rede pública municipal de Santarém entre 2019 e 2021 é consistente com os dados apresentados na Tabela 4, que contabiliza esses alunos (excluindo os 568 da Rede Estadual em 2020). Essa consistência se deve ao encerramento do atendimento especializado em instituições filantrópicas no município, centralizando todo o atendimento educacional especializado nas escolas da rede pública municipal.

Dada a extensão da rede de ensino de Santarém e o número limitado de salas de recursos, a Secretaria de Educação se empenhou em garantir o atendimento educacional especializado nas escolas que matriculam alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A estratégia adotada envolveu a distribuição de atendimentos por polos.

Foram estabelecidas 31 salas de recursos, com 22 na zona urbana, 3 na região do planalto e 6 na região dos rios. Essas salas foram projetadas para atender alunos com deficiência, oferecendo suporte complementar e suplementar durante os turnos regulares e contraturnos. Professores qualificados e tradutores/intérpretes de Língua de Sinais – Libras foram designados para essas salas e para as classes regulares.

Os avanços na inclusão educacional em Santarém destacam a oferta de recursos pedagógicos e de acessibilidade, conforme a Meta 4 do PME 2015-2025, que inclui a criação de salas multifuncionais e locais de apoio multidisciplinar. Essas ações estão em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (Brasil, 2008) e fazem parte de um programa federal (Brasil, 2007).

As 31 salas de recursos multifuncionais seguem os padrões estabelecidos pelo MEC, com mobília e recursos pedagógicos específicos, como impressoras Braille, notebooks, lupas, jogos didáticos, televisores, scanners, projetores e caixas de som, de acordo com as necessidades dos alunos.

Segundo Santos (2022), a rede municipal de ensino de Santarém conta atualmente com 30 alunos surdos e 14 deficientes auditivos matriculados em classes regulares do Ensino Fundamental, do primeiro ao nono ano. Além disso, 44 professores bilíngues e 4 professores surdos atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, oferecendo suporte em Libras e Língua Portuguesa escrita, embora ainda faltem tradutores/intérpretes de Língua de Sinais na rede municipal.

Diante da crescente demanda por atendimento especializado, a participação da família no processo de aprendizagem dos alunos é fundamental. A colaboração entre família e escola é relevante para o desenvolvimento educacional dos alunos inclusos. No entanto, atualmente em Santarém, não há projetos efetivos para promover essa colaboração, apesar de ser contemplada na nona estratégia do PME 2015-2025 e do PNE (Brasil, 2014).

Essas estratégias evidenciam a importância da participação familiar na educação inclusiva, mas a falta de projetos específicos ressalta a necessidade de ações para fortalecer essa parceria, visando ao melhor desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Conclusão

O estudo sobre o ensino regular para pessoas com deficiência em Santarém, Pará, alcançou seus objetivos ao analisar a implementação e os resultados das políticas de inclusão educacional na rede municipal. Os dados revelam que, desde a introdução da Educação Especial na perspectiva inclusiva, o município tem feito progressos significativos.

A análise das tabelas e dos dados coletados mostrou um aumento expressivo no número de salas de recursos multifuncionais e na quantidade de alunos com deficiência atendidos. Em 2021, foram adicionadas 25 novas salas de recursos, totalizando 56 salas distribuídas entre áreas urbanas, planalto e regiões ribeirinhas. Esse crescimento foi crucial para atender alunos que anteriormente estavam em locais improvisados, melhorando a qualidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A centralização do atendimento especializado nas escolas da rede pública municipal, após a extinção das instituições filantrópicas, levou a um aumento considerável no número de alunos com deficiência matriculados nas turmas de AEE. O esforço da Secretaria de Educação em distribuir os atendimentos por polos e equipar as escolas com recursos adequados, como professores qualificados e tradutores/intérpretes de Libras, destaca o compromisso com a inclusão educacional.

Educação inclusiva nas escolas municipais da Amazônia: a questão do ensino regular para pessoas com deficiência em Santarém, Pará

As estratégias delineadas no Plano Municipal de Educação de Santarém (PME) demonstram um planejamento robusto e direcionado para garantir a educação inclusiva. As metas e estratégias, especialmente a criação de salas de recursos multifuncionais e a formação contínua dos educadores, foram essenciais para o progresso observado. As iniciativas para estabelecer locais de apoio multidisciplinar e o enfoque na formação de professores bilíngues e intérpretes de Libras foram passos significativos para fortalecer o AEE.

No entanto, também se identificou desafios persistentes, como a insuficiência de salas de recursos e a necessidade de maior envolvimento da família no processo educacional dos alunos com deficiência. Embora a rede municipal tenha realizado avanços notáveis, ainda há lacunas a serem preenchidas, especialmente na formação contínua dos educadores e na criação de projetos que promovam a colaboração entre família e escola.

Dessa forma, o estudo conclui que Santarém tem avançado significativamente na implementação de uma educação inclusiva, alinhada com as diretrizes nacionais e internacionais. No entanto, para garantir a efetiva inclusão e o pleno desenvolvimento educacional e social dos alunos com deficiência, é essencial continuar investindo em infraestrutura, capacitação de professores e estratégias que fomentem a participação ativa da comunidade escolar e das famílias. As estratégias do PME provaram ser fundamentais, mas a continuidade e ampliação dessas ações são necessárias para consolidar os avanços e superar os desafios remanescentes.

Referências

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 3, de 28 de março de 2007.** Cria o Programa Caminho da Escola. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 04 abr. 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola/legislacao/ResolucaoCDFNDEn3de28de2007.pdf>. Acesso em 12.jun.2025.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 13/2007, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/multifuncional.pdf>. Acesso em 12.jun.2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília (DF), 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em 12.jun.2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário

Oficial da União, Brasília, 2011. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 12.jun.2024.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 01.nov.2023.

CARDOSO, Duarte; GOMES, Taynara do Vale; OLIVEIRA, Kamila Diniz. Espaços públicos e diversidade em Santarém (PA). In: **XI Colóquio QUAPA SEL – Quadro do Paisagismo no Brasil**, Salvador – Bahia, UFBA, 2016. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/ESPA%C3%87OS-P%C3%9ABLICOS-E-DIVERSIDADE-EM-SANTAR%C3%89M-PA.pdf>. Acesso em 12.jan.2025

CHERUBIM, Luis Alberto David. Defesa dos direitos das pessoas portadoras de Deficiência. **Revista dos Tribunais**, São Paulo., 2008.

PAULON, Simone Mainieri. **Educação Inclusiva**: documentos subsidiários à política de inclusão. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>. Acesso em 12.jan.2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Municipal de Educação- PME 2015-2025**. Santarém-Pará, 2013.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

SANTARÉM, Prefeitura Municipal. Lei nº 19.829/2015, de 14 de julho de 2015. Com as Emendas apresentadas pela Câmara Municipal de Santarém, sobre o Plano Municipal de Educação com vigência de 2015 a 2025. **Plano Municipal de Educação 2015/2025** – Santarém-Pará. Disponível em: <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/storage/attachments/plano-municipal-de-educacao-2015-a-2025-62e015c65b28d.pdf>. Acesso em: 01.nov.2023.

SANTOS, Risomar Moraes dos. **Problematizando a educação especial e inclusiva: o Plano Municipal de Educação 2015-2025/Santarém - Pará**. – 2022. 118 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Educação, Canoas, BR-RS, 2022. Acesso em 12.jun.2025

SANTOS, Jarbas; TALES, Henrico. **Preconceito contra as pessoas com deficiência. As relações que travamos com o mundo**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA NETO, A. de O.; ÁVILA, Éverton G.; SALES, T. R. R.; AMORIM, S. S.; NUNES, A. K. F.; SANTOS, V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 60, p. 81–92, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091>. Acesso em 12.jun.2025

Educação inclusiva nas escolas municipais da Amazônia: a questão do ensino regular para pessoas com deficiência em Santarém, Pará

SOUSA, Lazaro Mourão de. Educação especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. **Revista Bibliomar**, São Luís, v.19, n. 1, p. 159-173, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13636>. Acesso em 12.jun.2025

Sobre o autor

Ivanilson Ribeiro Cardoso

Mestre em Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Email: ivanilson.cardoso@yahoo.com.br. **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0003-7542-9434>

Recebido em: 08/07/2025

Aceito para publicação em: 15/07/2025